



ACÓRDÃO Nº 757/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11658/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Relações Institucionais - sede em Brasília
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsáveis:** Sr. Mário Manoel Coelho de Mello e Sra. Nafice BÁCry Valoz, Secretários e Ordenadores de Despesas, à época.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD-AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3966/2017-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 1969/1972).
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Relações Institucionais - sede em Brasília. Exercício de 2015.

Regularidade. Quitação. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular** a Prestação de Contas da Secretaria de Relações Institucionais - sede em Brasília, de responsabilidade do **Sr. Mário Manoel Coelho de Mello** (Secretário e Ordenador de Despesa), no período de janeiro a agosto de 2015 e da **Sra. Nafice BÁCry Valoz** (Secretária e Ordenadora de Despesa) no período de setembro a dezembro de 2015, na forma do art. 71, inciso II, da CF/1988, art. 40, inciso II, da CE/1989, arts. 1º, inciso II, 2º, 4º, 5º, inciso I, 22, inciso I, e art. 23, todos da Lei nº 2.423/1996 c/c arts. 11, inciso III, alínea “a”, item “3” e 188, § 1º, inciso I, da Resolução TCE nº 04/2002;
- 10.2. **Dar quitação** aos Responsáveis pela SERIRA **Sr. Mário Manoel Coelho de Mello** e a **Sra Nafice BÁCry Valoz**, com fulcro no art. 24 da Lei nº 2423/1996-LO/TCE c/c art. 189, inciso II da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM;
- 10.3. **Recomendar** a Secretaria de Estado de Representação do Governo em Brasília que:



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 757/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.3.1. no próximo exercício, solicite a Controladoria Geral do Estado – CGE, que seja emitido o Relatório e certificado de Auditoria, cumprindo desta forma o que estipula a Lei;
 - 10.3.2. Para que cumpra a legislação na íntegra, quando contratar servidores no regime de Contrato temporário;
 - 10.3.3. Que no próximo exercício, faça melhor planejamento das compras a serem efetuadas, durante o exercício, cumprindo o que determina a Lei nº 8.666/93;
 - 10.3.4. Manter as Declarações de Bens dos servidores, conforme determina o art. 266 CE/89 c/c art. 13, § 1º ao 4º, da Lei nº 8.429/92, e art. 1º, inciso VII, da Lei nº 8.730/93;
 - 10.3.5. Manter as notas fiscais de fornecimento de materiais e execução de serviço, a declaração de que os mesmos foram fornecidos e realizados cumprindo desta forma o que estipula a lei;
- 10.4. **Recomendar** ao Comissão de Inspeção - DICAD/AM, para que nas inspeções futuras, verifique a implantação do Sistema AJURI, no controle patrimonial.
- 11- **Ata:** 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 19 de Julho de 2017.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- **Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral